

## A BASE NACIONAL COMUM DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: NOVOS SENTIDOS PARA A FORMAÇÃO?

Vitória Letícia Duarte da Silva - UERN  
Meyre-Ester Barbosa de Oliveira - UERN

### RESUMO

O resumo tem como objeto de estudo os sentidos propostos para a formação de professores e docência no documento da Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC-Formação). Nesse sentido, o processo de produção da BNC-Formação é colocado em pauta, além de compreender como os sentidos apresentados impactarão nas propostas curriculares dos cursos de licenciatura. Em diálogo com o ciclo de políticas (Ball; Bowe, 1992) e com perspectivas discursivas (Lopes, 2016), contrapõe-se à ideia de que as políticas são um guia de orientação para a prática. O percurso metodológico se deu na leitura dos referenciais citados acima, para análise da BNC-Formação. O *corpus* de análise compreende os documentos produzidos no âmbito do Ministério da Educação (MEC), que orientam o processo de produção e implementação da BNC-Formação e os pareceres que antecederam a publicação da BNC-Formação e a Resolução CNE nº 02/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores. Por fim, compreende-se que o trabalho contribui para discussão das ideias aqui trazidas, tendo em vista sua atualidade e ressaltando seu caráter oportuno e necessário, uma vez que o campo da educação em geral e os professores, como categoria, vêm sendo alvo de críticas, muitas vezes, aligeiradas e com forte viés instrumental.

**Palavras-chave:** Políticas curriculares, Formação de professores, BNC-Formação.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo os sentidos sobre formação de professores e docência que perpassam o texto da Base Nacional Comum de Formação de Professores (BNC-Formação). Nessa perspectiva, o estudo busca contribuir com o debate no campo da Educação, através das políticas públicas curriculares estudadas. A análise dos sentidos sobre formação de professores presentes na BNC-Formação é fundamental para a construção de uma perspectiva investigadora sobre a própria política. Além de problematizar se há novos sentidos propostos a formação de professores.

Nesse intuito, foi possível elaborar o objetivo geral do trabalho que consiste analisar os sentidos propostos para a formação de professores e docência no documento da BNC-Formação. A partir desse objetivo geral definiu-se como objetivos específicos: analisar o processo de formulação e os princípios que norteiam a BNC – Formação; estabelecer uma comparação entre a BNC - Formação e as Diretrizes Curriculares de Formação de Professores 02/2015;

Para Ball et al. (2010), as políticas não são simplesmente implantadas, mas traduzidas/negociadas. Todavia, como advertem os autores, o processo de traduzir políticas em

práticas não é linear, mas extremamente complexo. Esse é um processo de interpretação e criatividade (Ball et al., 2010). Durante o percurso metodológico, analisa-se a BNC-Formação como política à mercê de interpretações e análises. Além de questionar os novos sentidos sobre a docência no documento de base como promessa para formar um “bom professor”.

Nesse contexto, a discussão dos elementos principais, ideias e teorias será realizada tendo como base teórica principal uma perspectiva descentralizada dos conceitos, que se destaca por não permitir que estes sejam percebidos de uma forma estruturada. Com isso, para se construir um conceito, inicialmente é necessário compreender o contexto no qual se está inserido. Para isso, também é necessário ter conhecimento que o contexto é suscetível a sofrer mudanças, o que resulta em uma conceituação momentânea e aberta a novas interpretações constantemente.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar esses objetivos foi traçado o percurso metodológico do trabalho, que consiste numa abordagem qualitativa, considerando a dinamicidade do trabalho e a consequente flexibilidade do percurso metodológico. Busca-se analisar os documentos base como textos de múltiplas interpretações e referenciais epistemológicos. Assim, compreendendo a complexidade das políticas de currículo, como sendo construído num ciclo contínuo em múltiplos contextos e sujeitos. O trabalho baseia-se no ciclo de políticas (Ball; Bowe, 1992) e com perspectivas discursivas (Lopes, 2016), no qual se entende a política como um processo contestado de negociação e reinterpretação.

O *corpus* de análise compreende os documentos produzidos no âmbito do Ministério da Educação (MEC), que orientam o processo de produção e implementação da BNC-Formação e os pareceres que antecederam sua publicação, além da Resolução CNE nº 02/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores.

Nessa perspectiva, delinea-se algumas etapas que foram desenvolvidas durante o trabalho. Assim, realiza-se a revisão de literatura, por meio dos estudos do ciclo de políticas (Ball; Mainardes, 2011); (Mainardes, 2006) e das políticas curriculares numa perspectiva discursiva (Lopes; Macedo, 2011). Com base no ciclo de políticas buscar-se-á delimitar a compreensão acerca de como a política é produzida e interpretada nos diferentes contextos numa perspectiva de rede.

Em seguida, procede-se a um levantamento dos documentos sobre formação de professores: Parecer e Resolução CNE nº 02/2015. Além de mapear os documentos produzidos pelo MEC, que orientam o processo de produção e implementação da BNC-Formação; e os

XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, além da Resolução CNE nº 02/2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação de Professores.

Por fim, a sistematização e análise dos dados, logo após a discussão dos resultados, levantando os pontos principais nos documentos que tratam da formação de professores e docência e suas articulações.

Assim, esta pesquisa é caracterizada como de abordagem qualitativa, pois, conforme aponta Minayo (2001, p. 21) “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Portanto, a complexidade do objeto propõe a necessidade de uma abordagem flexível e compreensiva dos diálogos propostos.

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico opera com a abordagem do ciclo de políticas, descrita por Ball, 2016. Além de explorar as articulações discursivas entre currículo e formação, questionando as significações que permitem as articulações e (re)alinhamentos entre currículo e formação de professores como promessa de garantia de qualidade (Lopes; Macedo, 2011). Mainardes (2006) destaca a abordagem do ciclo de políticas, proposto por Stephen Ball, destacando a natureza complexa e controversa da política educacional, além de enfatizar os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.

Esse referencial teórico-analítico não é estático e produz significados. Ele propõe, assim, um modelo analítico para pesquisa em política curricular que seja representativo do ciclo político, que dê uma representação holística ao processo. Stephen J. Ball e colaboradores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos primários: o contexto de influência, o contexto da produção do texto e o contexto da prática.

Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não obedecem às etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates (Ball et al., 1992). É nesses contextos que são pensadas, construídas e efetivadas as políticas educacionais. Ball (2016) reconhece a importância do Estado, mas afirma que qualquer teoria de política educacional que se preze não pode se limitar a uma perspectiva do domínio estatal.

Também se faz importante apresentar o que se entende por política em um primeiro momento da pesquisa. A partir dessa perspectiva descentralizada dos conceitos, serão trazidas as autoras Lopes e Macedo (2011) que percebem a política como tendo uma possibilidade de ressignificação quando chega ao contexto escolar. Com isso, o que se entende é que a política

esta sempre sujeita a sofrer alterações para que se adeque ao contexto ao qual está sendo inserida.

Para compreender o que é política é possível analisar o viés trazido por autores como exemplo, Ball (2016). Quando afirma que a atuação das políticas não é linear, ele busca pensar a política para além dos documentos, como é colocado em prática pelos autores, já que não são colocadas em práticas assim como estão escritas nos documentos. Nesse contexto, a política curricular é organizada por textos que sofrem contextualizações durante o período de sua implementação e realização. Este processo de reinterpretação afirmado pelo autor será explorado ao longo do texto.

Ball (2014) propõe que o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. As políticas são textos construídos sob múltiplas influências e a sua formulação envolve intenções e negociações dentro do Estado e do processo de formulação da política. Assim, a análise de documentos de políticas não é algo simples, mas demanda pesquisadores capazes de identificar ideologias, interesses, conceitos empregados, embates envolvidos no processo, e vozes presentes e ausentes, entre outros aspectos.

De acordo com Oliveira e Destro (2005), a política curricular trabalhada por Bowe e Ball (1992) e por Ball (1997, 1998) entra em consonância com as questões anteriormente estabelecidas, tanto pela defesa da política curricular como processo político em construção, quanto pelo modo como sugerem pesquisas em políticas curriculares. O viés trabalhado pelos autores afirma que a política curricular não é imposta, uma vez que é constituída por textos que, sendo processos simbólicos, são constantemente contextualizados e recontextualizados de modo subversivo no momento da implementação e da produção. Em consequência, sugerem que as políticas definidas em nível nacional são, também, significativamente modificadas em nível local.

Outro estudo sobre política é levantado por Lopes e Macedo (2011), que discutem temas específicos sobre políticas, dividindo o texto em tópicos que, desse modo, facilitam a interpretação. Por conseguinte, elas levantam as questões principais que dizem respeito às investigações sobre currículo e políticas curriculares, destacando como a concepção de política é tida como guia para a prática.

Assim, o trabalho assume a concepção de política como produção cultural, resultante de processos que envolvem negociações, traduções e disputas de sentidos. Nessa perspectiva, apoia-se no ciclo de políticas proposto por Ball e Bowe (2016) como recurso heurístico,

assumindo uma compreensão de política como algo complexo que reage a perspectivas macro e micro. A política curricular é abordada como texto e discurso, produzida de forma contínua em diferentes contextos.

Nesse sentido, o atual trabalho compreende a real situação e cenários, antes silenciados, como forma de questionar a promessa abordada pela BNC-Formação. Com base nesse registro, exploramos as articulações discursivas entre docência e formação, questionando as significações que permitem projetar a BNC-Formação como promessa/garantia de formar um “bom professor”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A formação inicial de educadores prevê o preparo de docentes qualificados, profissionais que saibam compartilhar seus conhecimentos para trabalhar em condições de respeito, com plano de carreira digno, ambiente estimulante que lhe permita exercer um trabalho ético e competente, compreendido numa concepção social e política, para a organização e a construção de saberes construídos em relação aos saberes teóricos e da própria prática e que se somam como práxis, ao longo de sua formação.

Para a formação de um profissional capaz de pensar sua prática, refletindo criticamente sobre seu papel político na ação pedagógica, é preciso superar as limitações da concepção de docência como um simples exercício técnico de saber-fazer. Ao rigor teórico, deve-se unir uma prática comprometida e consciente da educação como ato de transformação social, compreendendo a importância de uma formação docente articulada numa perspectiva emancipatória.

Contudo, deve-se destacar que o trabalho está inserido num contexto de mudanças políticas no processo de configuração de um “novo” caminho para formação docente, pelo qual perpassam ideias neoliberais e emancipação de representantes governamentais que infundem as concepções de direita conservadora, na qual vimos claramente a disputa de interesses e contestações dentro do contexto de influência e produção de texto das políticas inseridas no campo. Isso resulta no favorecimento dos processos de engessamento do currículo.

Quanto aos métodos utilizados durante a feitura do atual trabalho, realizamos uma revisão bibliográfica e uma análise documental. A revisão serviu para nos atentarmos à emergência do debate e a atualidade do tema discutido, além de compreender a política como resultante de reinterpretações e dinamicidade. No que concerne à análise documental, escolhemos a BNC-Formação tendo em vista a articulação e compreensão com formação de professores, além de ser campo fundamental para investigação dos sentidos propostos atrás das significantes de melhoria de qualidade educacional.

XXII ENCONTRO NACIONAL DE ARTISTAS PLÁSTICOS

A proposta de articulação de uma revisão bibliográfica com a análise documental foi fundamental para construção dos discursos e das análises que culminaram na crítica ao projeto de formação de professores que vem sendo contextualizado nos espaços escolares, principalmente nos cursos de licenciatura e nas políticas educacionais.

Tendo em vista o referencial teórico utilizado neste trabalho, procurou-se compreender os contextos que perpassam a desenvoltura da produção da atual Resolução CNE/CP nº 02/2019, de modo a salientar o conhecimento adquirido com o presente estudo. Entendemos que o ciclo de políticas de Ball e colaboradores, aqui abordado, é complexo e traz contribuições significativas para a análise de políticas educacionais, reagindo a perspectivas macro e micro.

Consideramos que foi possível desconstruir conceitos iniciais sobre os temas em destaque, baseados nos contextos de influência e produção de texto, fundamentado na abordagem do ciclo de políticas. Assim, concluímos que os textos por nós trabalhados durante a pesquisa serviram como referencial teórico-analítico para o projeto ora desenvolvido, como forma de compreensão geral da trajetória de políticas educacionais.

Em contraposição a uma perspectiva de homogeneização do currículo e da política como algo a ser implantado, entendemos a política como um processo contestado de negociação e reinterpretação. Analisamos que as demandas apresentadas para a formação de professores dentro da BNC-Formação não são simplesmente implementadas, mas traduzidas/negociadas. Todavia, o processo de traduzir políticas em práticas não é linear, mas extremamente complexo.

Logo, o estudo permitiu refletir sobre as demandas que as políticas curriculares suscitam para a formação de professores, além de discutir sobre os sentidos de formação e refletir sobre como esses aspectos são significados como potencializadores da qualidade educacional. Consideramos que a BNCC da Educação Básica tem atuado como indutora de políticas educacionais, em particular da BNC-Formação; que predomina a ideia de base como guia para a prática pedagógica e a padronização curricular como garantia da qualidade e da equidade.

Assim, compreende-se que a política firmada possui caráter centralizador e verticalizado, constituiu-se sem diálogo com a sociedade civil, as instituições formadoras e as entidades científicas da área. Conseqüentemente, reafirma o autoritarismo e a falta de diálogo do MEC com os profissionais de educação, o tecnicismo e a precarização da compreensão da docência e da formação, constituindo-se, assim, um retrocesso nas políticas educacionais.

As questões discutidas no texto apontam que a BNC-Formação traz novas exigências e modificações sobre a formação docente. A política formata um currículo e uma formação fundamentada em competências e habilidades predeterminadas. Nesse cerne, privilegia a lógica do capital, centralizando a visão para o mercado de trabalho. Evidencia-se fortemente o sistema

de controle da formação e atuação docente, formando, assim, operários para o mercado de trabalho, distanciando da educação para construir seres pensantes e críticos. Diante disso, podemos considerar que o desafio das universidades públicas e das/os educadoras/es é fazer resistência no sentido de promover uma formação que prime pela busca da valorização e emancipação humana.

Pressupomos, diante do contexto político atual, que a análise da BNC-Formação far-se-á fundamental aos educadores para que possamos criticamente rever os conceitos de formação e docência enfatizados dentro da resolução de competências. Assim, consideramos que discutir estes conceitos envolve aspectos que precisam ser pensados de forma relacional e que precisam considerar demandas que se ampliam, se conectam e se multiplicam no cenário cotidiano. Esta particularidade exige que os professores elejam concepções e prioridades que irão se traduzir em propostas curriculares das escolas, por exemplo. Pensar a docência a partir desses referenciais traz questões importantes para discutir a relação docência/produção de políticas curriculares.

Além disso, vale destacar que o nosso percurso de formação enquanto pesquisadora perpassa outras pesquisas que estão implicadas com o contexto de formação de professores, destacando o potencial de análise da BNC-Formação e os processos políticos curriculares que constituem as mudanças significativas no meio educacional. Nesse sentido, este trabalho é também resultado de inquietações e problemáticas que foram desencadeadas por outros discursos. Em vista desse contexto e com base na problemática: “quais sentidos sobre formação de professores e docência perpassam o texto da BNC-Formação?”, construímos um percurso teórico-metodológico que reflete escolhas e envolvimento que foram demandados dos discursos pelos quais fomos subjetivados.

Destarte, algumas provocações nos implicaram significativamente no processo de construção do trabalho. Destacamos a própria ideia de pesquisa enquanto descaminho e possibilidade para construção criativa. Assim como ressaltamos a possibilidade de trazer como discurso científico a análise discursiva enquanto método de pesquisa, assumindo a trajetória do trabalho como instrumento de reivindicação e posicionamento sobre as atuais políticas que atingem negativamente a formação de professores.

Como já mencionado, os referenciais utilizados para a feitura desse trabalho são orientados pelas discussões referentes às pesquisas pós-críticas num debate pós-estrutural sobre currículo, discurso, política, relações de poder-saber e subjetivação a partir da fundamentação desenvolvida por Lopes e Macedo (2011) e Ball (2016), referente aos contextos articulados à política – discutida na primeira seção.

Recapitulando a abordagem do ciclo de política de Stephen Ball e Bowe critica a realidade, busca novos conceitos e princípios, baseados no contexto prático e no cotidiano das escolas. Portanto, essa abordagem feita por Ball serve como base para análise das políticas educacionais atualmente formuladas e busca dar voz a cenários antes silenciados, como a própria experiência da sala de aula. Tal enfoque possibilita pensar as propostas curriculares como textos ambivalentes que permitem a um só tempo a produção de negociações para a sua legitimação e a articulação discursiva.

Desse modo, consideramos um erro focalizar somente na produção ou implementação, Estado ou cotidiano nas pesquisas em política curricular, sob pena de dicotimizarmos e polarizarmos o processo político. Recomendamos, enfim, a realização de pesquisas nessa perspectiva com vista a acrescentar elementos para pensarmos contra hegemonia no campo do currículo e para praticarmos currículos contra hegemônicos no contexto contemporâneo das políticas curriculares.

Nesse sentido, o trabalho analisa os contextos de influência e de produção de texto que a política de formação docente vigente se compreende, entretanto, sob um olhar distante, é necessário que os estudos continuem assíduos e persistentes para que se possa cada vez mais contribuir para o campo educacional. Por isso, pretendemos continuar a discussão central deste trabalho com a integração ao mestrado, em formação continuada.

Por fim, podemos observar que a tentativa de destruição de políticas que vêm sendo construídas com ampla participação principalmente das universidades públicas e das entidades nacionais no campo da formação, encontrará forte resistência em cada espaço educativo, nas salas de aula das universidades e das escolas públicas, em defesa de uma formação de professores fundada em outras concepções e referenciais construídos coletivamente ao longo dos últimos quarenta anos, na luta por uma educação sintonizada com os anseios e necessidades de uma sociedade mais justa, igualitária e livre. Porque nós educadores e os estudantes que se preparam para assumir os desafios do magistério temos o dever de nos indignar e reagir diante daqueles que nos oprimem e nos impõem, de forma autoritária, projetos com amarras que historicamente rejeitamos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que os conceitos iniciais foram desconstruídos ao longo da feitura do trabalho. Entendemos que política curricular não é imposta, uma vez que é constituída por textos que, sendo processos simbólicos, são constantemente contextualizados e recontextualizados de modo subversivo no momento da implementação e da produção. Assim



XXII ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS (ENPE) como o ciclo de políticas que possui um caráter complexo e traz contribuições significativas para a análise de políticas educacionais, reagindo a perspectivas macro e micro.

Conseqüentemente, contribuiu para analisar a BNC-Formação numa perspectiva crítica, entendendo que o discurso do documento age como um precursor na articulação discursiva em defesa da qualidade da educação em torno da definição curricular para a educação básica, reformulando o ensino e agindo sobre o sentido de docência. Isso significa uma oportunidade de restringir o currículo da formação docente apontando para a centralidade da docência. A formação docente é formulada no processo de desprofissionalização da carreira docente, pois assume um olhar “praticista” da docência, acarretando a padronização curricular e ferindo a autonomia das universidades.

### REFERÊNCIAS

BALL, Stephen; BOWE, Richard; GOLD, Ane. *Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology*. New York: Routledge, 1992.

BALL, S.J.; BOWE, R. **Departamentos temáticos e a “implementação” da Política Curricular Nacional: um panorama das questões**. *Diário de Curriculum Studies*, Londres, v. 24, n. 2, pág. 97-115, 1992.

BALL, Stephen J; BRAUN, Annette; MAGUIRE, Meg. **Policy enactments in the UK secondary school: examining policy, practice and school positioning**. *Journal of Education Policy*, 25:4, 547-560, 2010.

BALL, Stephen J., MAGUIRE, M., BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas** / tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, STEPHEN J.; MAINARDES, JEFFERSON (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. SÃO PAULO: CORTEZ, 2011, 288 p.

BALL, Stephen J. **Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítica-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional**. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002, *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica*, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: DF.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 19 de fevereiro de 2002, *Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura*, de graduação plena Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: DF.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEP n. 2**, de 1º de julho de 2015. *Diário Oficial da União*, Brasília, seção 1, 2 jul. 2015. p. 8-12.



XXII ENCONTRO BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 20 de dezembro de 2019. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília-DF, 2018.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; OLIVEIRA, Meyre Ester Barbosa. **Políticas curriculares e formação de professores**. In FRANGELLA, Rita de Cássia; OLIVEIRA, Meyre Ester Barbosa (Orgs); Currículo de Formação de Professores. Sobre fronteiras e atravessamento. Curitiba: CRV, 2017, p. 21-42.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. **Políticas de formação do alfabetizador e produção de políticas curriculares: pactuando sentidos para formação, alfabetização e currículo**. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 107- 128, jan./abr. 2016.

LOPES, Alice C. **Teoria da Atuação de Stephen Ball: e se a noção de discurso fosse outra?** *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 24, n. 24, Universidad de San Andrés y Arizona State University, 2016.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. **Relações macro/micro na pesquisa em currículo**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 129, set./dez. 2006a.

LOPES, Alice. **Discursos nas políticas de currículo**. *Currículo sem Fronteiras*, v.6, n.2, 2006b.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais**. Campinas: Educ. Soc. 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. vol. 27. Campinas: Educ. Soc. 2006.

OLIVEIRA, Ozerina Victor; DESTRO, Denise de Souza. **Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa**. *Revista Brasileira de Educação*, n° 28, 2005.